

O Jornal diário dos
Ancepianos
25 de setembro -12 h

INSCRIÇÕES NA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA VÃO ATÉ AMANHÃ



As inscrições para a terceira audiência pública sobre previdência complementar – que vai debater os planos de benefícios das Entidades Fechadas – podem ser feitas até amanhã (26). Para se inscrever, o interessado deve acessar a página da Secretaria de Previdência e preencher o formulário de inscrição, informando nome completo, telefone, e-mail e a instituição à qual pertence.

A audiência será realizada no próximo dia 28 de setembro (sexta-feira), a partir das 9h, no auditório do andar térreo do edifício-sede da Secretaria de Previdência (Esplanada dos Ministérios, Bloco F, ao lado do Ministério da Saúde). As vagas são limitadas à capacidade do auditório.

O encontro debaterá os modelos de planos de previdência ofertados, contratados e administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Em abril e julho deste ano, já ocorreram duas audiências públicas sobre outros aspectos da previdência complementar.

Quem desejar contribuir com propostas deve enviá-las, até hoje (25), para o endereço eletrônico coeti.sppc@previdencia.gov.br. Cada proposta deverá ser encaminhada em um arquivo digital diferente, com a respectiva justificativa e o resultado esperado.

Venda de imóveis vai ajudar a reduzir déficit do INSS

Cerca de 3,8 mil imóveis do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) serão transferidos para a União e passarão a ser administrados pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SPU/MP). A determinação está na Medida Provisória nº 852 de 21 de setembro de 2018, publicada nesta segunda-feira, 24 de setembro, no Diário Oficial da União, notícia o SITE DA REVISTA INVESTIDOR INSTITUCIONAL.

“A transferência desses imóveis não operacionais do INSS, que até então eram parte do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS), auxiliará na redução do déficit previdenciário, com a amortização das dívidas do fundo com o Tesouro Nacional”, diz o Ministério do Planejamento em nota, que informa ainda que as estimativas indicam que esses imóveis valem cerca de R\$ 6 bilhões.

Reforma da Previdência: qual o melhor momento de fazê-la

O presidente Michel Temer afirmou, em seu primeiro compromisso oficial em Nova York, notícia a FOLHA DE S. PAULO, que assim que estiver concluído o processo eleitoral, vai entrar em contato com quem for eleito para tentar aprovar a reforma da Previdência que termina em menos de cem dias.

“Quero anunciar que desejo fazer a reforma da Previdência logo depois das eleições”, afirmou. Ele reconheceu que, antes do fim do processo eleitoral, há uma dificuldade de avançar nas discussões.

Sem uma reforma, continuou o presidente, não haverá investimentos no país. “Procurarei o presidente eleito, seja ele quem for, e tenho certeza que, ao procurá-lo, ele atentará para o fato de que a medida é indispensável”, disse. “Não é essencial para o meu governo, que terminará em dezembro. É essencial para o Brasil.”

Sobre o mesmo tema, Nilson Teixeira, Ph.D. em economia pela Universidade da Pensilvânia, escreve artigo no VALOR ECONÔMICO onde afirma ser contra a retomada das discussões a respeito da reforma da Previdência sob o governo Temer. Mas o que interessa aos leitores com o nosso perfil é o que ele disse a mais:

A atual redação de reforma da Previdência Social não é capaz de reverter a alta do déficit previdenciário. O Brasil precisa de uma reforma bem mais profunda. Para convencer a sociedade disso, é provável que seja necessário reorientar a negociação

para aprofundar as medidas relativas aos funcionários públicos, em particular para aqueles que ingressaram no sistema antes de 2003, cujos benefícios superam em muito as aposentadorias dos trabalhadores do setor privado. Isso não me parece possível de ser implementado pelo atual governo.

Já defendi neste espaço que seria mais útil para a elaboração da proposta de reforma previdenciária do novo governo se o atual presidente orientasse seu time a disponibilizar uma abertura mais ampla dos dados da Previdência Social, em particular, do regime que atende o setor público. Do mesmo modo, seria apropriado divulgar as estimativas oficiais sobre o impacto de cada proposta de ajuste para o controle do déficit previdenciário.

Como a maioria dos candidatos à Presidência cita a necessidade de redução dessas despesas nos próximos anos, o atual governo contribuiria bastante para que o próximo presidente tomasse decisões logo no início do mandato com base em estimativas dos custos e benefícios de cada renúncia. Do contrário, os grupos de interesse mais influentes continuarão mantendo privilégios que trazem pouco ou nenhum aumento da eficiência econômica ou melhoria do bem-estar para a maioria da população.